

ANÁLISE DO DISCURSO II

REFERENCIAÇÃO E NOMES PRÓPRIOS MODIFICADOS

Ana Lúcia Monteiro Ramalho Poltronieri Martins
ana.poltronieri@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é fazer um paralelo conceitual entre a figura de tropos denominada *antonomásia* e outro aspecto ligado à linguagem que se compreenderá como *nomes próprios modificados*²³ ou *metáfora dos nomes próprios*. A partir dessa perspectiva dicotômica, revelar-se-á uma tensão que define, de um lado, a antonomásia dentro de uma concepção filosófica reconhecida como “fundada”²⁴, ou derivativa e periférica, e, por outro lado, os *nomes próprios modificados* ligados a uma concepção “fundante”, ou constitutiva e nuclear. Tal posição implica, sem dúvida, uma visão de linguagem centrada na *atividade discursiva ou referenciação*, na qual

...o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição e procede a escolhas significativas para representar estados de coisas, de modo condizente com a sua proposta de sentido (Koch, 2006, p. 124).

Nesse sentido, a perspectiva fundante que, neste trabalho, liga-se aos nomes próprios modificados, se aproxima das operações de referenciação, visto que ambas assumem uma concepção construtivista da referência, segundo a qual os referentes ou “objetos de discurso” (Mondada & Dubois, 2003) são construídos no processo de interação.

Para explicitar as características das duas vertentes, fundada e fundante, far-se-á necessário buscar, na filosofia ocidental, textos que tiveram como objetivo o estudo da linguagem figurada ou metafórica. No que tange à opção fundada, os capítulos XXI e XXII da *Poética* de Aristóteles. Para a opção fundante, serão estudados os seguintes textos: *A mitologia branca*, de Jacques Derrida e *A metáfora*

²³ A terminologia “nome próprio modificado” foi criada pelo filósofo T. Burge no artigo “Reference and proper names” (1973).

²⁴ As concepções “fundada” e “fundante” foram-me apresentadas pela Profa. Dra. Helena Martins durante o curso “Teorias da Metáfora”, no segundo semestre de 2007, na PUC-Rio.

viva, de Paul Ricoeur, com o qual se fecha o desenvolvimento da hipótese deste trabalho, ou seja, de que a definição de uma antonomásia, tal qual se vê nos tratados de retórica e gramática, explicita valores do conceito de “*metáfora morta*” de Ricoeur, enquanto o conceito de “*metáfora viva*” (Ricoeur, 2005) propõe uma nova visão na trajetória conceitual do que se reconhece nos textos como uma antonomásia.

O PARADIGMA DO FUNDADO

Aristóteles e a representação de linguagem no pensamento

Os escritos sobre a linguagem serão encontrados na *Retórica* e na *Poética*, de Aristóteles, sob o título de *Lógica* (órganon). Nesse sentido, para Aristóteles, a linguagem é uma representação do pensamento lógico, determinando uma isomorfia entre o pensamento e a linguagem, isto é, a língua serve para representar significados iguais para todos os homens. Aristóteles declara em *De Interpretatione*, 16a.3:

Os sons falados são símbolos das afecções da alma; e as marcas escritas são símbolos dos sons falados. E assim como as marcas escritas não são as mesmas para todos os homens, tampouco o são os sons falados. Mas as afecções da alma - aquilo que os sons falados simbolizam em primeiro lugar - são as mesmas para todos, assim como também o são as coisas reais às quais essas afecções se assemelham.

Mas o que são essas afecções da alma? De acordo com Martins (2002), essas afecções da alma são as representações mentais internas da realidade, homogêneas para todos. O triângulo aristotélico pode ser assim concebido: de um lado, têm-se as palavras (vox), *símbolos dos estados de alma* (Neves, 2004), que se ligam aos conceitos (conceptus) ou *afecções da alma*, situados no ápice e, do outro lado, as coisas (rex), que não têm relação de semelhança com os *símbolos* (palavras), mas sim com *as afecções da alma*. Se as palavras são as representações internas de uma realidade universal, pode-se afirmar que elas são convencionais e arbitrárias. Assim, Aristóteles evidencia uma visão representacionista da linguagem, na qual a linguagem é a representação do pensamento, “um espelho da mente”. Nessa concepção, a noção de língua - linguagem liga-se à organização interior da mente humana e, conseqüentemente, o texto é visto

ANÁLISE DO DISCURSO II

como uma representação de estruturas e processos cognitivos, desde sempre internalizados.

Contudo, Aristóteles faz uma divisão territorial em seu *órganon*, território da lógica, da clareza e da razão, ou seja, da expressão do ser. Na *Retórica* e na *Poética*, estudam-se, respectivamente, a persuasão e a beleza, o modo de dizer (efeitos do discurso) e o uso especial da linguagem. É é nesses dois campos que Aristóteles inicia o seu discurso sobre a natureza da metáfora, ou da linguagem figurada.

Para Aristóteles, na *Poética*, a metáfora é um *ornato* que “*consiste no transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia*”. Vê-se claramente, na definição aristotélica, que a ideia de transporte, ou *translatio* para os latinos, reflete um conceito, ele mesmo metafórico, de que a metáfora, a *phora*, é um movimento de ir além. Note-se também que a própria definição evidencia que a metáfora é uma operação codificada, isto é, seguem-se regras de natureza lógico-semântica, como os hipônimos, os hiperônimos, a comparação e a analogia. Assim, compreende-se que, mesmo na elocução poética, espaço por excelência do fazer natural do poeta, Aristóteles cerceie o uso das metáforas por meio de valores como moderação, discricção e a clareza sem baixaza, pois o exagero e a vulgaridade ferem a regra primordial da elocução: a clareza. Outro aspecto a ser posto em foco é aquele ligado à semelhança ou similaridade, porque, muitas vezes, principalmente nas gramáticas tradicionais, a metáfora é a figura de linguagem que se forma pela similaridade. Essa ideia não é gratuita, pois, para Aristóteles, “*bem saber descobrir as metáforas significa bem se aperceber das semelhanças*”. A ideia de descobrimento e percepção (a famosa expressão de “pôr sob os olhos”, de Aristóteles) liga-se a uma concepção fundada de metáfora, porque se opõe às ideias de construção e de tensão, tão importantes para o paradigma do fundante, como se verá a seguir.

O PARADIGMA DO FUNDANTE

Derrida e o conceito de “usura”

No texto “A mitologia branca: a metáfora no texto filosófico”, J. Derrida tem por objetivo mostrar a apropriação da língua natural-metafórica pela língua filosófica através do conceito de “usura”:

A palavra não é pronunciada, mas pode-se decifrar a dupla dimensão da usura: o apagamento por fricção, por esgotamento, por esterilização, é certo, mas também o produto suplementar de um capital, a troca que, longe de perder a entrada, faria frutificar a riqueza primitiva, acrescentaria a paga sob a forma de lucros, de acréscimo de interesse, de mais-valia linguística, permanecendo as duas histórias do sentido indissociáveis. (Derrida, 1991, p. 250)

O conceito de usura que afeta a metáfora estrutura-se em três dimensões também metafóricas: a dimensão geológica, na qual se tem o apagamento pelo desgaste, pelo esgotamento do sentido primitivo das palavras; a dimensão numismática, que sugere as palavras como moeda ou medalha, como “*produto suplementar de um capital*”; e a dimensão econômica, em que as palavras têm valor de troca, “*de mais-valia linguística*”, isto é, agem às escondidas dos falantes, assim tornando-se desconhecidas para eles próprios. Observem-se dois pólos totalmente opostos no conceito de usura: o primeiro, que se liga ao apagamento, ao esgotamento da figura original, isto é, do sentido original da palavra, e o segundo, que frutifica significações a partir do momento em que o discurso filosófico se apropria do sentido original, apaga-o e o coloca novamente em circulação, porém com outro sentido, o sentido metafórico. É o que Derrida nos explica a partir da metáfora da indústria de amola-tesouras: “*através desta indústria de amola-tesouras as palavras passam do físico para o metafísico. Vê-se, em primeiro lugar o que elas aí perdem; não se vê imediatamente o que é que elas ganham com isso*” (Derrida, 1991, p. 250). Trata-se aqui do processo de *duplo apagamento*:

O sentido original, a figura original, sempre sensível e material (“todas as palavras da linguagem humana foram originalmente impressas com uma figura material e... todas representavam na sua novidade alguma imagem sensível..., materialismo fatal do vocabulário...”) não é exatamente uma metáfora. É uma espécie de figura transparente equivalente a um sentido próprio. Torna-se metáfora quando o discurso filosófico põe-na em circulação. Esquece-se, então, o primeiro sentido e o primeiro deslocamento. Não notamos já a metáfora e tomamo-la pelo sentido próprio. Duplo apagamento. A filosofia seria este processo de metaforização

ANÁLISE DO DISCURSO II

que se conduz a si mesmo. Por constituição, a cultura filosófica seria sempre desgastada. (Derrida, 1991, p. 251)

Ou seja, o primeiro apagamento é a passagem do sentido primitivo para o sentido metafórico, e o segundo apagamento dá-se no próprio corpo da metáfora, apaga-se a si própria e, conseqüentemente, se reveste de um sentido próprio. Para Derrida, o caminho inverso, da metafísica para a física, em busca desse “étimo” apagado, mas ainda existente, poder-se-ia fazer através da diacronia, espécie de “reativo químico” que traz à tona o conceito original. É que se pode chamar, usando a imagética de Derrida, de restauração do palimpsesto, espécie de manuscrito em pergaminho cuja primeira escritura foi lavada e sobre o qual se escreveu um novo texto, como se vê no texto abaixo:

De todas essas palavras, ou desfiguradas pelo uso, ou polidas, ou mesmo forjadas com vista a qualquer construção mental, podemos representar a figura original. Os químicos obtêm reativos que fazem parecer sobre o papiro ou sobre o pergaminho a tinta apagada. É com a ajuda destes reativos que se leem os palimpsestos. Se se aplicasse um processo análogo aos escritos dos metafísicos, se se fizesse luz sobre o seu sentido primitivo e concreto que permanecesse invisível e presente sob o sentido abstrato e novo, encontrar-se-iam ideias bem estranhas e, por vezes, bem instrutivas. (Derrida, 1991, p. 251)

Todos esses fatos nos levam a concluir que a noção do que seja uma metáfora para Derrida diverge da noção de metáfora de Aristóteles. Este privilegia o “pôr sob os olhos”, a transposição, a semelhança e o desvio; aquele não a segmenta, pois a metáfora está em toda a terminologia do discurso filosófico do ocidente, e juntas, metáfora e filosofia, cada uma “à son tour”, morrem. Morre a metáfora em um processo suicida para dar voz à filosofia, depois morre a filosofia para que a metáfora retome o seu lugar de origem, roubado anteriormente pela filosofia. É a lógica da desconstrução. E o homem? Ao que parece, para Derrida, terá seu lugar, um pouco apertado talvez, entre a metáfora e a filosofia.

Ricoeur e o conceito de “metáfora viva”

Vimos que a questão da metáfora em Aristóteles está presente nos campos da Poética e da Retórica. Ricoeur, 2005, em um longo estudo sobre o processo de compreensão e construção da metáfora, parte do conceito aristotélico²⁵, que privilegia a palavra como unidade de referência, e atravessa textos advindos de diferentes domínios (linguística, retórica, filosofia e crítica da literatura), para chegar a uma definição “tensional” de metáfora, que privilegia o verbo ser (o “é” e o “não é” e o “é como”), o verbo por excelência da predicação, no ser ontológico.

No primeiro estudo, consagrado à visão de Aristóteles, Ricoeur assinala que a metáfora aristotélica está sob os procedimentos da *léxis*, palavra de difícil tradução que se entenderá como um estilo, uma forma de pensar, ou seja, a *léxis* estaria ligada a uma forma de expressão verbal do pensamento. Na metáfora, de acordo com Aristóteles, a *léxis* caracterizar-se-ia pelo procedimento de “pôr sob os olhos”, ou a semelhança entre as coisas, através de um nome. Entretanto, Ricoeur sinaliza um problema na teoria da metáfora de Aristóteles: a metáfora aristotélica tem um só procedimento, porém duas funções distintas: a função retórica (plano do *lógos*), a da argumentação, persuasão e do discurso público, e a função poética (plano da *poíesis*), inserida na tragédia. Sucede, no entanto, que a “*léxis* poética” é mais avançada que a “*léxis* retórica”, visto que ela nos leva ao conceito de *mythos* (enredo ou intriga), ou *espécie de transposição de ações* (Ricoeur, 2005, p. 63), ligada à *mímesis*, ou imitação-representação. E é na “*léxis* poética”, para Ricoeur, que todo o valor da metáfora se ilumina, indo além de um simples ornamento, pois:

Reposta sobre o fundo da *mímesis*, a metáfora perde todo caráter gratuito. Considerada como simples fato da linguagem, ela poderia ser tida como um simples desvio em relação à linguagem ordinária, ao lado da palavra rara, alterada, alongada, abreviada, inventada. A subordinação

²⁵ Deve-se deixar bem claro que Ricoeur não põe de lado o conceito de metáfora elaborado por Aristóteles, como se vê em Ricoeur (2005, p. 108): “digamos desde já que a definição real de metáfora em termos de enunciado não pode eliminar a definição nominal em termos de palavra ou de nome, na medida em que a palavra continua a ser a portadora do efeito de sentido metafórico; é da palavra que se diz tomar um sentido metafórico; eis por que a definição de Aristóteles não é abolida por uma teoria que não se refere mais ao lugar da metáfora no discurso, mas ao próprio processo metafórico.”

ANÁLISE DO DISCURSO II

da léxis ao mythos já põe a metáfora a serviço do “dizer”, do “poematizar”, que se exerce não mais no nível da palavra, mas no de todo o poema; por sua vez, a subordinação do mythos à mimesis confere ao procedimento de estilo um alcance global, comparável ao da persuasão em retórica. Considerada formalmente, enquanto desvio, a metáfora não é senão uma diferença no sentido; referida à imitação das melhores ações, ela participa da dupla tensão que a caracteriza: submissão à realidade e invenção de enredo, restituição e sobrelevação. Considerada abstratamente - isto é, fora dessa função de referência-, a metáfora esgota-se em sua capacidade de substituição e dissipa-se no ornamento; deixada à erância, perde-se nos jogos de linguagem. (Ricoeur, 2005, p. 69-70)

Nessa perspectiva, a metáfora é binária: enquanto função referencial do discurso poético, ela representa a reinvenção do enredo; enquanto presa à realidade, ela representa a existência do ser, “l’homme en soi” (ontológico). Note-se que Ricoeur dá um salto maior sobre a definição de metáfora concebida por Aristóteles, ele vai da palavra para “*todo o poema*”, o que implica dizer que Ricoeur apóia a sua teoria da metáfora no plano do discurso, mas sem negar a palavra.

No segundo estudo, intitulado “O declínio da retórica: a tropologia”, Ricoeur mostra que a passagem da retórica para a tropologia não liberou o conceito de metáfora do primado da palavra, pois os postulados da tropologia privilegiam o par ideia- palavra como núcleo do modelo, pois “*os tropos são certos sentidos mais ou menos diferentes do sentido primitivo que oferecem na expressão do pensamento as palavras aplicadas a novas ideias*” (Fontanier, *apud* Ricoeur, 2005, p. 83). Buscando em *Les figures du discours*, de P. Fontanier, o fio condutor de sua argumentação, Ricoeur assinala que a definição de metáfora vai além da relação instituída por Fontanier, que amplifica a noção de figura à noção de tropos extensivo, no qual se insere a catacrese, e à de tropos- figura. Ricoeur dá o “pulo do gato” na taxionomia de Fontanier quando traz para suas reflexões os postulados semânticos de E. Benveniste que se dirigem para a língua e para o discurso. Partindo do princípio de que para o falante basta a concretização do signo no discurso e/ou na língua para que se fale em sentido e percepção, Benveniste elabora duas linguísticas: uma da língua, na qual a frase é o último nível de estrutura, e a outra da enunciação ou discurso, no qual a frase é percebida como uma unidade de significação completa. Essa passagem da frase ao discurso conduzirá Ricoeur a I. A. Richards (1936, 1971), para quem a metá-

fora se constrói da união de duas ideias: *tenor e vehicle*, que, respectivamente, equivaleriam, segundo Massaud Moisés (1989, p. 198-199), a “*ideia original*” e “*ideia tomada de empréstimo*”, “*aquilo que está sendo dito ou pensado*” e “*aquilo que está sendo comparado*”, “*ideia subjacente*” e “*qualidade imaginada*”, “*significado e metáfora*”, “*ideia e sua imagem*””. Richards muda totalmente a definição de metáfora, pois ao negar a significação das palavras, ele concebe a referência tão-somente no/pelo contexto, como bem observa Ricoeur:

Ora, todo o projeto retórico de I. A. Richards é dedicado a restabelecer os direitos do discurso a expensas da palavra. Desde o início, seu ataque volta-se contra a distinção cardeal em retórica clássica entre sentido próprio e sentido figurado, distinção que ele põe na conta da “*superstição da significação própria*” (p. 11). Ora, as palavras não têm significação própria, porque elas não têm significação como própria; não possuem nenhum sentido em si mesmas, porquanto é o discurso, tomado como um todo, que transmite o sentido de maneira indivisa. É, portanto, em nome de uma teoria francamente contextual do sentido – teoria resumida no “*teorema contextual da significação*” (p. 40) – que o autor pode condenar a noção de sentido próprio. (Ricoeur, 2005, p. 124)

Assim, Richards nega a distinção entre sentido literal e sentido figurado. A metáfora, nesse caso, se apreende na síntese do teor-veículo no/pelo discurso. Contudo, Ricoeur vê a radicalização de Richards com certa desconfiança, porque, para ele, Ricoeur, a existência do discurso não dissolve a existência do signo com suas diferenças e oposições. É a tensão entre a semântica e suas *instâncias do discurso* (Benveniste) e a semiótica e sua dança dos signos.

Como o próprio Ricoeur reconhece, o estudo de Richards abriu caminho para outros estudos, como o de Max Black (1962), cujo propósito é a elaboração de uma “*gramática lógica*” da metáfora. Ricoeur reconhece três passos importantes no trabalho de Black:

1) a metáfora é uma frase onde algumas palavras são empregadas metaforicamente e outras não. A palavra metafórica se denomina “*focus*”, e o resto da frase é o “*frame*”. A produção da metáfora é a junção de *focus + frame*;

2) o processo metafórico se desenvolve pela escolha, por parte do falante, “*de uma expressão tomada em outro sentido que o habitual*” (Ricoeur, 2005, p. 136); e

ANÁLISE DO DISCURSO II

3) a metáfora “*organiza a nossa visão de mundo*” (Black), isto é, ela não porta somente uma informação, ela nos engaja em um sistema sociocultural de uma determinada comunidade. Mesmo reconhecendo a importância do estudo de Black, Ricoeur assinala que ele não tem um contorno bem definido, visto que ora privilegia o campo semiótico, ora privilegia o campo semântico, além de não levar em conta a questão, tão cara a Ricoeur, das metáforas inventadas instantaneamente.

Ricoeur prossegue sua pesquisa sobre a metáfora indo buscar na crítica literária, mais precisamente em *Estética*, de Monroe Beardsley (1958), a continuação de suas reflexões. É preciso ressaltar que o corpus da pesquisa de Beardsley se insere no plano da frase e das palavras em oposição a uma visão emotiva do que seja literatura, levando-o a fazer uma “*definição puramente semântica da literatura*” (Ricoeur, 2005, p. 143). A partir desse recorte, Beardsley estrutura uma teoria sobre a metáfora em que:

- 1) toda e qualquer frase contém uma significação implícita, conotativa, em oposição a uma significação explícita, denotativa;
- 2) são as palavras de determinados contextos que eliminam e depuram as palavras indesejadas, como ocorre no discurso técnico, científico; ou se passa o contrário, pois há contextos onde, por excelência, as palavras vêm à tona com seus sentidos conotativos, implícitos e múltiplos, como é o caso do discurso literário;
- 3) a semelhança tem por função a atribuição de predicados e não a substituição de termos;
- 4) Se atribui predicados, a metáfora não é uma informação nula, ela informa, ensina e re-informa, em um processo contínuo de invenção, inovação e renovação em um aqui e um agora. Nesse momento, tem-se o par de termos que sublima o estudo de Ricoeur e a sua busca pelo conceito de “*metáfora viva*”: a invenção – inovação e o contexto atual e único, esse aqui-agora da “*instância de discurso*” ou enunciação (Benveniste). Assim é o processo de nascimento das *metáforas vivas*:

A vantagem é dupla: de um lado, a velha oposição entre sentido figurado e sentido próprio recebe uma base inteiramente nova. Pode-se denominar sentido próprio o sentido do enunciado que apenas recorre às significações lexicais registradas de uma palavra, as que constituem a sua

designação. O sentido figurado não é o sentido desviado das palavras, mas o sentido de um enunciado inteiro que resulta da atribuição ao tema de valores conotativos do modificador. Portanto, caso se continue a falar em sentido figurado das palavras, trata-se apenas de significações inteiramente contextuais, de uma “significação emergente” que existe somente aqui e agora. De outro lado, a colisão semântica confere à atribuição metafórica não somente um caráter singular, mas um caráter construído; não há metáfora no dicionário, ela não existe senão no discurso; neste sentido, a atribuição metafórica revela melhor que qualquer outro emprego da linguagem o que é uma palavra viva, que constitui por excelência uma “instância do discurso. (Ricoeur, 2005, p. 152)

Observe-se que Ricoeur afirma, acima, que “*não há metáfora no dicionário*”. Mas, então, o que há nos dicionários? Há, para Ricoeur, as “*metáforas mortas*”, mortas pelo esgotamento, pelo desgaste do uso, ou como bem diz Ricoeur:

No enunciado metafórico (não falaremos mais da metáfora como palavra, mas da metáfora como frase), a ação contextual cria uma nova significação que tem justamente o estatuto de acontecimento, na medida em que existe somente nesse contexto. Mas, ao mesmo tempo, pode-se identificá-la como a mesma, na medida em que sua construção pode ser repetida; assim, a inovação de uma significação emergente pode ser considerada uma criação linguística. Caso seja adotada por uma comunidade linguística, ela pode tornar-se, por sua vez, uma significação usual e reunir-se à polissemia das entidades lexicais, contribuindo assim para a história da linguagem como língua, código ou sistema. Mas, neste último estágio, quando o efeito de sentido que denominamos metáfora se reúne à mudança de sentido que aumenta a polissemia, a metáfora já não é metáfora viva, mas metáfora morta. Somente as metáforas autênticas, isto é, as vivas, são a um só tempo acontecimento e sentido. (Ricoeur, 2005, p. 155).

Com isso, Ricoeur nos leva a pensar que é duplo o poder do homem, o poder da imaginação (o *poetar*, de Heidegger) e o poder do intelecto (o pensar) que estão na origem do processo dialético das metáforas vivas. A soma desses dois poderes é o *método especulativo* (Ricoeur, 2005), espécie de tábua de salvação metafórica para a metáfora. Diferente de Derrida que institui a morte da metáfora e da filosofia, Ricoeur as revive, e ao revivê-las, revive o homem.

ANÁLISE DO DISCURSO II

DOS NOMES PRÓPRIOS SOB CARACTERIZAÇÃO DE UMA ANTONOMÁSIA

Nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa, os nomes próprios estão incorporados morfológicamente aos substantivos próprios, porque eles designam seres particulares, diferenciando-se assim dos substantivos ditos comuns, que designam seres da mesma espécie. O conceito, abaixo, é uma amostra típica de todos os conceitos sobre o assunto:

Próprios e comuns - substantivo próprio é o que designa individualmente os seres, sem referência a suas qualidades: Pedro, Brasil, Rui Barbosa. Substantivo comum é o que designa o ser como pertencente a uma classe com o mesmo conjunto de qualidades: casa, mar, sol, automóvel. Não é qualquer coisa que pode receber o nome de casa, mar, sol ou automóvel. É necessário que observemos nesses seres certas características para que sejam assim designados. Já nos substantivos próprios não se dá atenção a essas qualidades. O nome Pedro, ou Brasil, ou Rui Barbosa, nada nos dizem a respeito dos seres designados; são apenas distintivos individuais que, só por coincidência, se podem aplicar a outras pessoas ou lugares. (Bechara, 1982)

Contudo, deve-se falar primeiro sobre o dilema que engloba o estudo dos nomes próprios antes de adotar uma ou outra definição do que seja uma antonomásia. Nos estudos linguísticos, os nomes próprios são quase sempre enfocados em relação à existência ou não de um sentido. Segundo Gary-Prieur (1994, 2001), distinguem-se, na linguística, três perspectivas:

1- a primeira tese, desenvolvida por Mill, ou seja, vinda de uma visão da Lógica, considera que os nomes próprios não têm sentido porque eles não estão ligados a nenhum significado e, nesse caso, eles não podem ser constituídos como objeto de estudos semânticos. De acordo com Mill, os nomes próprios já cumprem sua função referencial sem que para isso eles necessitem de um sentido ou de uma descrição. Ou seja: para Mill, os nomes próprios denotam, mas não conotam. A tese de Mill vai ao encontro de outra, a de Kripke, para quem os nomes próprios devem ser compreendidos a partir de uma “designação rígida” a fim de atribuir nome a um referente. Kripke postula que o nome próprio é uma categoria discursiva que se liga a um referente a partir de um ato de designação rígida em virtude de um ato de batismo (no sentido lato do termo, isto é, não religioso).

Assim como Mill, Kripke não afirma que o nome próprio tenha um sentido.

2- a segunda sustenta a tese de que os nomes próprios têm o mesmo sentido dos nomes comuns, isto é, eles têm propriedades lexicais e referenciais. Essa visão, de acordo com Gary-Prieur (2001), é compartilhada por Bréal (1896) e Jespersen (1971);

3- a terceira, defendida por Gary-Prieur, considera o sentido nos nomes próprios (de agora em diante NPR) naquilo que eles têm de original, ou seja, eles são ímpares dentro do universo do discurso e, como tal, devem ser analisados. Assim, constitui-se para os NPR um “sens instructionnel²⁶” (Gary-Prieur, 2001), que consiste em estudar a forma de um NP ligada a um indivíduo em uma determinada situação de enunciação. Para Gary-Prieur, essa visão tem a vantagem de perceber a interpretação de um NPR associada a um sentido e a um conteúdo. O sentido pressupõe a individualização de um referente “x” em relação a sua denominação dentro do universo dialógico, e o conteúdo, as propriedades de “x” compartilhadas entre os enunciadores.

Não se tem o objetivo neste trabalho de justificar uma ou outra teoria sobre os NPR. Ao que parece, o problema lógico dos NPR parece ser colocado de lado pelos falantes no constante “*jogo de linguagem*”, isto é, “*o significado de uma palavra é seu uso na linguagem*”, diz Wittgenstein (1994, p. 38).

Entretanto, outro problema se forma quando a fronteira entre nomes próprios e nomes comuns se confunde, isto é, quando os NPR podem passar a nomes comuns. A retórica engloba esse processo sob o rótulo de “*antonomásia*”. Desde a Antiguidade greco-latina, a antonomásia está inserida nos tropos como uma figura de estilo cuja função é apoiar e sustentar uma argumentação, como se observa em Perelman & Tyteca (2005):

Mencionemos aqui sobretudo, enquanto figura da escolha, a antonomásia, que Littré define como “uma espécie de sinédoque que consiste em tomar um nome comum por um nome próprio ou um nome próprio por um nome comum”. Em sua primeira forma, ela às vezes visa evitar

²⁶ Em Gary-Prieur (2001), o termo “sens” (sentido) constitui as propriedades lexicais do nome próprio e que são fundadas sobre uma relação de denominação. Assim, a tradução de “sens instructionnel” seria “sentido de instrução”, ou modo correto de fazer a designação.

ANÁLISE DO DISCURSO II

que se pronuncie um nome próprio; mas às vezes, também, qualificar alguém de um modo útil para a argumentação: “os netos do Africano” para “os Gracos” pode tender a esse objetivo. (Perelman & Tyteca, 2005, p. 197)

Segundo o dicionário Houaiss, em sua versão on-line, o verbo *antonomásia* é

...variedade de metonímia que consiste em substituir um nome de objeto, entidade, pessoa etc., por outra denominação, que pode ser um nome comum (ou uma perífrase), um gentílico, um adjetivo etc., que seja sugestivo, explicativo, laudatório, eufêmico, irônico ou pejorativo e que caracterize uma qualidade universal ou conhecida do possuidor (Aleijadinho por “Antônio Francisco Lisboa”; A Rainha Santa por “Isabel, rainha de Portugal, esposa de D. Dinis”, o mantuano por “Vergílio”; um borgonha por um “vinho da Borgonha” etc), ou vice-versa (um romeu por “um homem apaixonado”, tartufo por “hipócrito” etc). Etimologia: gr. Antonomásia. Através do latim *Antonomásia*, em retórica “nome que nada tinha que ver, morficamente, com o nome a que se juntava ou a que substituíra”, de *ant(i) + onomázo* “dar nome a”; f.hist. 1540 *antonomasia*, 1704 *antonomazia*.

Também Bechara (1982) fala sobre a passagem de nomes próprios a comuns, porém sem fazer alusão ao nome *antonomásia*:

Passagem de nomes próprios a comuns. – Não nos prendemos apenas à pessoa ou coisa nomeada; observamos-lhe qualidades e defeitos que se podem transferir a um grupo mais numeroso de seres. Os personagens históricos, artísticos e literários pagam o tributo de sua fama com o desgaste do valor individualizante do seu nome próprio, que por isso, passa a comum. Por esta maneira é que aprendemos a ver no Judas não só o nome de um dos doze apóstolos, aquele que traiu Jesus; é também a encarnação mesma do traidor, do amigo falso, em expressões do tipo: Fulano é um judas. Desta aplicação geral de um nome próprio temos vários outros exemplos: Dom-João(homem formoso; galanteador; irresistível às mulheres), tartufo (homem hipócrita, devoto falso), cicerone (guia de estrangeiros, dando-lhes informações que lhes interessam), benjamim (filho predileto, geralmente o mais moço; o mais jovem membro de uma agremiação, prende-se ao personagem bíblico que foi o último e predileto filho de Jacó), áfrica (façanha; proeza; revive as façanhas dos antigos portugueses nessas terras). Passam a substantivos comuns os nomes próprios de fabricantes, e de lugares onde se fazem ou se fabricam certos produtos: estradivários (=violino de Stradivarius), guilhotina (de J. Inácio Guillotin), macadame (do engenheiro Mac Adam), sanduíche (do conde de Sandwich), havana (charuto; em português, havano), champanha (da região francesa Champagne), cambraia (da cidade francesa de Cambrai).

Note-se que as definições, acima, caracterizam a *antonomásia*, em seu funcionamento, ligada à *sinédoque*, ou à *metonímia*, ou à *perífrase*, ou a uma substituição de um termo por outro sob uma ca-

racterização metafórica. Sob o plano morfológico, a antonomásia se caracteriza em todas as definições como uma passagem da categoria “nome próprio” (NPr) para a categoria “nome comum” (Nc) e vice-versa²⁷, em um processo denominado na gramática tradicional de *derivação imprópria* (também conhecido por *conversão* ou *habilitação* na linguística moderna). De acordo com Celso Ferreira da Cunha (1982), a *derivação imprópria* é um processo de enriquecimento vocabular através da mudança de classe de palavras sem que ocorra uma modificação na forma. Para isso, basta antepor-se um artigo a qualquer palavra da língua para que ela passe a ser um substantivo. De acordo com essa definição, ter-se-ia o seguinte esquema para a antonomásia:

[Judas] NPr o - um [judas] Nc, onde em:

- (1) “Judas era um dos apóstolos de Jesus”- Judas é NPr; e
- (2) “Ele é um (o) judas do sindicato”- judas é uma antonomásia.

Outra possibilidade de comprovar a *derivação imprópria* de um NPr é sob o plano semântico. Para isso, o dicionário é de grande valia, visto que ele concentra em seu *corpus* entradas lexicais já estabilizadas em uma língua. Lá se encontram *judas*, *mecenas*, *narciso*, *eldorado*, *fúria*, *sereia*, entre outras²⁸. Mas de que modo todos esses nomes chegaram ao dicionário como verbetes com definição cristalizada, e desde então *fundados* na língua? Para responder a essa pergunta, partimos da hipótese que, inicialmente, todos esses nomes foram utilizados como metáfora, *metáforas vivas* (Ricoeur, 2005), mas o sucesso e a repetição levaram-nos à *usura* (Derrida), ao apagamento do seu sentido original. Quem pressupõe hoje, no uso da linguagem, que nomes como “fúria” e “sereia” eram nomes próprios de divindades do mundo greco-latino? Como todos têm hoje um sentido previsível na língua, correspondem àquilo que Ricoeur denomina de

²⁷ Sobre a passagem de “nomes comuns” para “nomes próprios” encontramos em CUNHA (1982) exemplos que, a meu ver, são bizarros. Ele considera Castelo, Figueira e Damasco (sobrenomes) como exemplos típicos desse tipo de conversão. Na verdade, faltam pesquisas sobre esse aspecto da definição de antonomásia.

²⁸ Entre muitos outros nomes derivados de nomes próprios, temos inúmeros adjetivos, como dantesco, maquiavélico, rocambolesco, quixotesco, que mereceriam um estudo mais aprofundado, principalmente em teorias cognitivas.

ANÁLISE DO DISCURSO II

metáforas mortas. Nestes termos, a dimensão da definição clássica de antonomásia foge ao que se vê comumente hoje nos jornais e revistas no Brasil²⁹. Considere-se o texto, abaixo, retirado de um artigo sobre as anáforas textuais, de Ilari (2005):

Gerson quer aprender contabilidade para melhorar de vida. Só tem o ginásio incompleto e estará numa cadeia de São Paulo pelos próximos dois anos por estelionato. Paulo é um médico que trabalha em Recife, e que ambiciona voltar para Catolé da Rocha, cidadezinha do alto sertão paraibano, onde nasceu, para fazer clínica rural. Mas teria de interromper o mestrado que está fazendo na universidade da capital. O sonho dourado de Viviane, uma garota pobre do interior do Acre, é fazer um curso de ecologia na Unicamp. Evidentemente, não tem dinheiro para isso. Albino, ao contrário, tem bastante dinheiro: é um super-executivo de um banco carioca, mas trabalha 12 horas por dia, e não encontra tempo para fazer o MBA de que tanto precisa para progredir na carreira. Todos esses são exemplos reais de gente que pode ser ajudada pela educação a distância, ou EAD, a nova sigla “quente” de um conceito antigo, mas que está explodindo em crescimento no mundo todo, empurrada pelos ventos das novas tecnologias. A EAD representa uma oportunidade preciosa para todos os *Gérsons, Paulos, Vivianes e Albinos da vida* que desejam progredir por meio do estudo, mas que encontram barreiras intransponíveis no ensino convencional, seja pela impossibilidade de se deslocar, seja pela distância geográfica, pelas limitações de tempo ou dinheiro...

Ou também estes excertos de textos, retirados de Mainardi (2007):

Lula é o nosso Bettino Craxi. Quando os magistrados italianos denunciaram o esquema de financiamento ilegal do Partido Socialista, Craxi se defendeu acusando os outros partidos de práticas semelhantes: se todos são culpados, ninguém pode ser punido. (p. 44).

Uns países dão certo. Outros não. O Brasil pertence à segunda categoria. Toma-se o professor Luizinho. Ele é o retrato do nosso fracasso. O sinal de que a gente se danou. Nunca mais vamos nos recuperar do espetáculo oferecido ao Congresso Nacional, na última quarta-feira, com o professor Luizinho saltitante, comemorando o seu indulto. (...) Não digo isso pelo professor Luizinho em si. Há *professores Luizinhos espalhados em todos os cantos do mundo*. Tudo bem: um pouco menos grotescos. Mas há. Há *um professor Luizinho no Nebraska*. Há *um professor Luizinho no Hamas*. Há *um professor Luizinho no gabinete dos Transportes ucraniano*, que acaba de ser descoberto embolsando uma propina equiva-

²⁹ Refiro-me ao Brasil por possuir um significativo “corpus” retirado de jornais e revistas brasileiras. Entretanto, outros pesquisadores (e aqui vale citar Sarah Leroy e Marie Noëlle Gary-Prieur, na França) têm buscado estudar os mecanismos de funcionamento dos nomes próprios em discurso.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lente a 30 mil reais. Ninguém está a salvo dos professores Luizinho, dos Roberto Brant, dos Eduardo Azeredo. O que muda de lugar é apenas o jeito de lidar com eles. (p. 79)

A partir do conceito de *metáfora viva* (Ricoeur, 2005), defenderemos uma posição: os trechos em negrito, acima, não podem ser considerados uma antonomásia, no sentido “stricto” da definição clássica. Defenderemos, então, outro conceito: eles são *nomes próprios metafóricos ou nomes próprios modificados*. Há fortíssimas razões para qualificá-los como tal: em primeiro lugar, não há um processo de inversão, ou seja, o nome próprio não passa a nome comum, haja vista que não há um sentido previsível, fundado. Outro argumento seria o fato de que qualquer indivíduo pode servir de base para um *nome próprio metafórico*, como se vê mais claramente no texto de Ilari. Esses nomes próprios ordinários (opostos a nomes históricos e de gente famosa) só podem ser compreendidos no/pelo discurso, pois é na “instância do discurso” (Benveniste), no aqui- agora que devemos buscar a sua referenciação. Nesse sentido, utiliza-se, aqui, a noção de referenciação para os *nomes próprios metafóricos*. De acordo com Mondada (2005),

A substituição do termo referência por referenciação, visto que passam a ser objeto de análises as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham fielmente o “mundo real”.

Mas são, isto sim, interativamente e discursivamente constituídos em meio a práticas sociais, ou seja, são objetos de discurso. São, na verdade, objetos de discurso e, por isso, na maioria dos textos em que se empregam os *nomes próprios metafóricos*, encontra-se uma espécie de comentário ou avaliação sobre seu uso, como se vê nos textos de Mainardi. Esse tipo de comentário, ou melhor seria, esse alerta para o leitor sobre o seu processo de interpretação, não se encontra nas antonomásias, porque já são lexicalizadas e conhecidas por toda a comunidade linguística.

ANÁLISE DO DISCURSO II

CONCLUSÃO

Por tudo isso, penso que, do ponto de vista da oposição fundado x fundante, o conceito clássico de antonomásia prevalece sob os domínios de uma concepção fundada de linguagem, homogênea e previsível em seu sentido, ou como bem diz Martins (2002), “*ancoram-se em uma base fixa e universal-fundam-se em algum conjunto de primitivos, cuja combinação responde em última instância pela formação de todos os demais conceitos que tais sistemas articulam*”. Já os *nomes próprios metafóricos ou modificados* estão ligados a uma concepção fundante, porque a cada novo contexto eles carregam significações novas que se inovam-renovam. Nesse sentido, os *nomes próprios metafóricos* são verdadeiras bombas de significação, porque somente no/pelo discurso, ou seja, pela referenciação, eles “*significam em ato e eclodem*” (Ricoeur, 2005).

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

BEARDSLEY, Monroe. *Aesthetics*. New York, Harcourt: Brace and World, 1958.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982.

BLACK, Max. *Models and Metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

BURGE, T. Reference and proper names. **In:** *The Journal of philosophy*. LXX-4, p. 425-439, 1973.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename/MEC, 1982.

DERRIDA, Jacques. A mitologia branca. **In:** *Margens da filosofia*. São Paulo: Papirus, 1991.

GARY-PRIEUR, Marie-Noelle. L'individu pluriel: les noms propres et le nombre. **In:** *Sciences du Langage*. Paris: CNRS, 2001.

———. *Grammaire du nom propre*. Paris: PUF, 1994.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ILARI, Rodolfo. Alguns problemas de estudo da anáfora textual. **In:** KOCK & MORATO & BENTES. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINARDI, Diogo. *Lula é minha anta (crônicas)*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MAROUZEAU, Jean. *Lexique de la terminologie linguistique*. Paris: Geuthner, 1933.

MARTINS, Helena. Sobre linguagem e pensamento no paradigma experiencialista. **In:** *Veredas*- revista de estudos lingüísticos. Juiz de Fora, v. 6, nº 2, p. 85-100, julho/dezembro 2002.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária: poesia*. São Paulo: Cultrix, 1989.

MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. **In:** KOCK & MORATO & BENTES. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MONDADA, Lorenza & DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. **In:** CAVALCANTE & RODRIGUES & CIULLA. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. São Paulo: UNESP, 2005.

PERELMAN & TYTECA. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RICHARDS, I. A. *The Philosophy of Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 1936, 1971.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludovic. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994.